



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA
Gabinete do Prefeito

CORRESPONDENCIA
PLENÁRIO

LIDAS EM: 09/12/25

SERVIDOR: _____

OFÍCIO N.º 391/GAB/2025

AQUIDAUANA/MS, 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

Exmo. Sr.º. Vereador Presidente,

Servimos do presente expediente, não sem antes cumprimentá-lo, para, de ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal encaminhar o Projeto de Lei N°083/2025 de iniciativa do Poder Executivo Municipal, para discussão, votação e posterior aprovação por parte desta Casa de Leis, na forma legal e regimental.

1) *DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTO SOCIAL E AUTORIZA O REMANEJAMENTO DE RECURSOS NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.* "

Aproveitamos a oportunidade de, colocando-nos à inteira disposição para eventuais outros esclarecimentos, renovar protesto de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

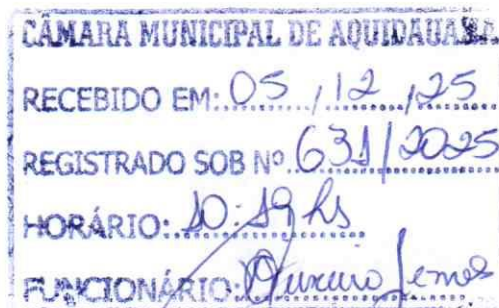

CATHARINE MARQUES MACEDO
Procuradora Geral do Município

Exmo. Sr.º.

ÉVERTON ROMERO

M.D.º Vereador Presidente do Poder Legislativo de Aquidauana/MS

Nesta





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA
Procuradoria Geral do Município

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 083/2025
INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

**“DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DO
FUNDO MUNICIPAL DE
INVESTIMENTO SOCIAL E
AUTORIZA O REMANEJAMENTO
DE RECURSOS NOS TERMOS DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O Exmo. Sr. **MAURO LUIZ BATISTA**,
Prefeito Municipal de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições
que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que, depois de ouvido o Plenário, a Câmara
Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica extinto o Fundo Municipal de Investimentos Sociais de Aquidauana/MS,
instituído pela Lei Municipal nº 1.749 de 04/08/2000.

Art. 2.º - Os recursos financeiros remanescentes deverão ser transferidos para o Tesouro
Municipal e aplicados em ações de desenvolvimento social, em consonância com as
diretrizes das políticas públicas do Município.

Art. 3.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover o remanejamento,
transposição e transferência de recursos originalmente destinados ao FMIS para outras
unidades e dotações orçamentárias do município, nos termos do art. 167, inciso VI, da
Constituição Federal, para viabilizar a execução de programas prioritários de
desenvolvimento social e de interesse público.

Art. 4.º - Em caso de existência de bens patrimoniais vinculados ao FMIS, estes também
serão transferidos para o Tesouro Municipal, assegurando-se sua destinação para
finalidades de interesse público, conforme o planejamento e as normas de gestão
patrimonial do Município.

Art. 5.º - Fica o setor de contabilidade do Município autorizado a realizar as atualizações,
comunicações e cadastramentos necessários relativos à extinção do FMIS junto aos órgãos
de controle, fiscalização e registro competentes, em conformidade com as normas e
procedimentos aplicáveis.

Art. 6.º - Fica revogada a Lei Municipal nº 1.749 de 04/08/2000, que cria o Fundo
Municipal de Investimentos Sociais - FMIS.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA

Procuradoria Geral do Município

Art. 7.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA-MS, 02 DE NOVEMBRO DE 2025.

MAURO LUIZ BATISTA
Prefeito Municipal de Aquidauana

Catharine Marques Macedo
CATHARINE MARQUES MACEDO
Procuradora Geral do Município



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA

Procuradoria Geral do Município

JUSTIFICATIVA

Projeto de Lei n.º 083/2025

**Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimos Senhores Vereadores**

Ao tempo em que cumprimentamos Vossas Excelências, encaminhamos a esta Casa de Leis o Projeto de Lei n.º 083/2025, que **“Dispõe sobre a extinção do Fundo Municipal de Investimento Social e autoriza o remanejamento de recursos nos termos da Constituição Federal, e dá outras providências.”**

A extinção do Fundo Municipal de Investimentos Sociais de Aquidauana/MS, criado pela Lei Municipal n.º 1.749 de 04/08/2000, se deu em razão das alterações promovidas pelo Estado de Mato Grosso do Sul, na estrutura de repasses anteriormente destinada a esse Fundo, conforme autorizado pela Resolução Estadual n.º 2929/2018 de 29/03/2018.

O Poder Executivo Municipal promoverá o remanejamento, transposição e transferência de recursos originalmente destinados ao FMIS para outras unidades e dotações orçamentárias do município, nos termos do art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, para viabilizar a execução de programas prioritários de desenvolvimento social e de interesse público.

Em caso de existência de bens patrimoniais vinculados ao FMIS, estes também serão transferidos para o Tesouro Municipal, assegurando-se sua destinação para finalidades de interesse público, conforme o planejamento e as normas de gestão patrimonial do Município.

Posto isto, o Poder Executivo elaborou o incluso Projeto de Lei, que passa às mãos de Vossa Excelência e dos Excelentíssimos pares, para que seja submetido à apreciação, deliberação e posterior aprovação por parte desta Casa de Leis, na forma das

Rua Luiz da Costa Gomes, 711, Vila Cidade Nova, Cep: 79200-000

Fone: (067) 3240-1400

Aquidauana/MS



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA

Procuradoria Geral do Município

disposições da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno da Câmara Municipal, renovando, nesta oportunidade, votos de elevada estima e distinta consideração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA/MS, 02 DE DEZEMBRO DE 2025.

MAURO LUIZ BATISTA
Prefeito Municipal de Aquidauana

Catharine Marques Macedo
CATHARINE MARQUES MACEDO
Procuradora Geral do Município